



## **Alimentação escolar em tempos de COVID-19: o papel do centro colaborador em alimentação e nutrição no estado do Rio Grande do Norte**

**Rônison Thomas de Oliveira Silva<sup>1</sup>, Cláudia Santos Rosas<sup>2</sup>, Joana Barbosa da Silva<sup>3</sup>, Gerlane Karine Bezerra Nogueira<sup>4</sup>, Neide Maria Ferreira da Rocha<sup>5</sup>, Renata Alexandra Moreira das Neves<sup>6</sup> e Liana Galvão Bacurau Pinheiro<sup>7</sup>**

Em virtude do impacto da pandemia o Brasil suspendeu, em meados de março de 2020, as aulas e atividades presenciais em toda a rede de ensino municipal, estadual e federal. Diante desse cenário repleto de desafios que o Programa de Alimentação Escolar (PNAE) teve que se apropriar, os Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição (CECANEs) se tornaram importantes prestadores de serviços para viabilizar a distribuição adequada dos gêneros alimentícios obtidos por meio de recursos financeiros recebidos. Com isso, este trabalho pretende relatar as ações remotas realizadas pelo CECANE/UFRN com 167 municípios do Rio Grande do Norte apoiando a distribuição da alimentação escolar no estado. Foi observado o panorama do serviço, destacando as diferentes situações e dificuldades enfrentadas durante a execução. Foram realizadas ações de orientação acerca da montagem e distribuição da alimentação escolar, prestação de contas e participação do controle social. Este trabalho objetiva firmar e legitimar o papel do CECANE para a defesa do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no cenário da alimentação escolar e reforça a importância de investigações acerca da logística de montagem e distribuição dos alimentos no território nacional, evidenciando a diversidade e dificuldades locais.

**Palavras-chave:** Alimentação escolar; Pandemia; Segurança alimentar e nutricional.

## **School feeding in times of COVID-19: the role of the collaborating center in food and nutrition in the state of Rio Grande do Norte**

Due to the impact of the pandemic, Brazil suspended, in mid-March 2020, classes and on-site activities throughout the municipal, state and federal education system. In view of this scenario full of challenges and missions that the PNAE had to take ownership of, the Collaborating Centers for Food and Nutrition (CECANEs) have become important services to enable the proper distribution of the kits and the operation of the program. It is an experience report based on CECANE/UFRN own actions, results and reports. From the survey carried out with the 167

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi. Endereço para Correspondência: Rua Manoel Fernandes da Silva, 402, Jaçanã/RN, 59225-000. Tel: (83) 9830-9637. E-mail: ronisson61@hotmail.com. ID ORCID: 0000-0002-9779-5043

<sup>2</sup> Graduanda em Nutrição pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). ID ORCID: 0000-0003-3217-9589

<sup>3</sup> Contadora do Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (CECANE/UFRN). ID ORCID: 0000-0003-3864-705X

<sup>4</sup> Nutricionista do Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (CECANE/UFRN). ID ORCID: 0000-0002-3619-5749

<sup>5</sup> Nutricionista do Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (CECANE/UFRN). ID ORCID: 0000-0002-3702-8379

<sup>6</sup> Coordenadora Adjunta do Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (CECANE/UFRN). ID ORCID: 0000-0003-1014-0536

<sup>7</sup> Coordenadora do Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (CECANE/UFRN). ID ORCID: 0000-0001-6360-3771

municipalities of Rio Grande do Norte, assisted by CECANE/UFRN, the panorama regarding the distribution of school feeding kits was observed, highlighting the different situations and difficulties faced during the execution. Guidance actions were carried out on the assembly and distribution of school feeding kits, accountability and participation in social control. The work aims to establish and legitimize the role of CECANE in the defense of Human Right to Adequate Food (DHAA) and Food and Nutrition Security (SAN) in the school feeding scenario and reinforces the importance of investigations about the logistics of assembling and distributing the kits in the national territory, showing the diversity and local difficulties.

**Keywords:** School feeding; Pandemics; Food and nutrition security.

Submetido em: 03/11/2020

Aceito em: 08/02/2021

## INTRODUÇÃO

O novo tipo de coronavírus, que no início foi temporariamente nomeado 2019-nCoV e, posteriormente, recebeu o nome de SARS-CoV-2 (*Severe acute respiratory syndrome coronavirus*) é o responsável por causar a *Coronavirus disease 2019*, chamado de modo breve como COVID-19. O vírus causador dessa doença é transmitido de humano a humano através de gotículas ou contato direto<sup>[1]</sup>.

A pandemia que estamos vivenciando já é considerada por estudiosos como um dos maiores desafios da saúde pública deste século. No Brasil os aspectos políticos, sociais e financeiros vêm contribuindo para que a doença cause um impacto ainda maior. Órgãos públicos federais como o Ministério da Saúde estão se embasando especialmente nas diretrizes da Organização Mundial da Saúde e, paralelamente, estados e municípios ganharam certa autonomia para tentar reduzir os desdobramentos da doença por meio de ações e decretos<sup>[2]</sup>.

O primeiro teste positivo para COVID-19 no Brasil surgiu em 26 de fevereiro de 2020 onde o indivíduo infectado havia recentemente visitado a Itália. Cinco dias após o primeiro caso, outro caso positivo foi confirmado no país e em apenas 11 dias a soma dos casos confirmados atingiu 25 pessoas<sup>[3]</sup>. Seis meses após o primeiro caso o Brasil acumulava números expressivos de contaminados e óbitos, apresentando ainda um cenário caótico. Até o momento o país soma 5.545.705 casos confirmados e 160.074 óbitos, configurando uma taxa de letalidade de 2,89% e de mortalidade de 76,17/100 mil hab. ocupando assim o posto de segundo país do

mundo em total de casos e óbitos, atrás somente dos Estados Unidos<sup>[4]</sup>.

Em virtude do impacto da pandemia o Brasil suspendeu, em meados de março, as aulas e atividades presenciais em toda a rede de ensino municipal, estadual e federal. Com isso, a alimentação escolar também foi interrompida, prejudicando não só os discentes, mas também os atores envolvidos na produção de alimentos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Inicialmente, devido à ausência de orientações por parte do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) os gestores adotaram medidas para manter o fornecimento dos alimentos, porém, sem os respaldos legais encontraram alguns desafios. Em 7 de Abril alterou-se a Lei nº 13.987 para autorizar, em caráter excepcional, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do PNAE para os familiares ou responsáveis dos escolares da educação pública. No dia 9 de Abril, poucos dias depois, o FNDE publicou a resolução nº 02, 2020 para dispor sobre a execução do PNAE durante o período de pandemia<sup>[5]</sup>.

A partir disso, o tão importante programa de alimentação escolar começou a contar com diversos desafios e preocupações para o funcionamento no contexto da pandemia, mas, ao mesmo tempo, se posicionava como uma importante ferramenta para a alimentação e nutrição dos escolares e familiares nesse momento tão difícil. Segundo Amorim, Júnior e Bandoni<sup>[6]</sup> duas preocupações surgiram com relação ao funcionamento do PNAE na pandemia. A primeira se relacionava a universalidade do programa e em como distribuir alimentos e refeições com critérios que não excluíssem alunos do direito de receber os alimentos. A segunda se refere à

manutenção da aquisição dos alimentos da Agricultura Familiar e da qualidade dos alimentos ofertados.

Além disso, as problemáticas relacionadas ao contexto de pandemia também causou uma preocupação e necessitou de cuidados específicos na distribuição dos alimentos. Segundo Oltramari *et al*<sup>[7]</sup> as recomendações de higienização das mãos, paramentação da equipe, limpeza e desinfecção de superfícies, demarcação do distanciamento adequado, exigência de uso de máscara e orientação aos pais e/ou responsáveis pelos estudantes estão entre as medidas sanitárias adotadas que contribuíram para que o funcionamento do PNAE durante a pandemia pudesse colaborar com a segurança alimentar e nutricional da população, mas, ao mesmo tempo não significasse um risco para os envolvidos.

Diante desse cenário repleto de desafios que o PNAE teve que se apropriar, os Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição (CECANEs) se tornaram importantes serviços para viabilizar a distribuição, aos pais ou responsáveis dos escolares, dos gêneros alimentícios na forma de *kits* adquiridos com recursos do PNAE e compostos por alimentos provenientes das licitações e/ou chamadas públicas, obedecendo as normas e legislações vigentes.

Este trabalho tem o objetivo de relatar como o CECANE da UFRN tem colaborado com as entidades executoras na distribuição de gêneros alimentícios na forma de kits durante a pandemia no estado do Rio Grande do Norte.

## METODOLOGIA

O relato de experiência se baseia em ações, resultados e relatórios próprios do CECANE/UFRN. O Centro é fruto da parceria entre o Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE) e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) que desde 2014 trabalham buscando a consolidação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) por meio do aprimoramento do PNAE.

Atualmente o CECANE/UFRN conta com uma equipe de trabalho composta por 12 componentes, sendo 1 Coordenadora de Gestão, 1 Coordenadora adjunta, 1 Assistente de projeto (nutricionista), 3 nutricionistas, 1 apoio técnico (atuando no FNDE – Brasília/DF), 2 contadoras, 2 alunos bolsistas de graduação e 1 aluno bolsista de pós-graduação. Está sediado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Campus Universitário Lagoa Nova, localizado na cidade de Natal/RN.

As ações descritas aconteceram entre os dias 16/04/2020 e 22/05/2020, com caráter remoto a partir de ferramentas digitais que possibilitaram o contato com as Entidades Executoras (EExs) e os atores envolvidos nos processos de distribuição de alimentos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). As assessorias aconteceram através da utilização de aplicativos de mensagens instantâneas e chamada de voz para *smartphones*, *e-mails* e ligações telefônicas, ressaltando-se o apoio do FNDE na execução das ações.

## RESULTADOS

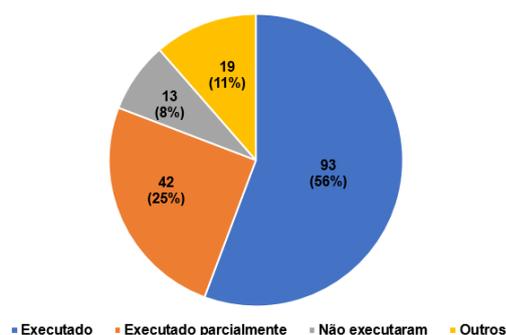
As assessorias remotas que objetivaram apoiar as EExs na distribuição dos gêneros alimentícios na forma de *kits* da alimentação escolar foram divididas em dois momentos. No primeiro momento o CECANE/UFRN acompanhou 76 Entidades e no segundo momento acompanhou as demais 91 Entidades, totalizando os 167 municípios (EExs) do estado do Rio Grande do Norte. As ações foram realizadas com os atores envolvidos no funcionamento do PNAE, principalmente, nutricionistas, secretários(as) municipais de educação, conselheiros(as) da alimentação escolar e responsáveis pelos setores de compras e licitações.

De início o CECANE/UFRN buscou identificar se as EExs possuíam conhecimento sobre a Lei nº 13.97 de 07 de Abril de 2020, a qual altera a lei nº 11.947/2009 e sobre a resolução CD/FNDE nº 02/2020. Ambas regulamentam e permitem, em caráter excepcional a distribuição dos gêneros alimentícios para os pais e familiares dos escolares durante a suspensão das aulas. Após o contato com os municípios foi possível identificar que todas as EExs do estado possuíam conhecimento sobre as

regulamentações legais do funcionamento do PNAE durante a pandemia.

A partir disso, realizou-se um levantamento das EExs que haviam realizado a distribuição dos kits da alimentação escolar às famílias dos estudantes. No gráfico 1 observa-se o percentual de municípios que distribuíram os *kits*, que executaram a distribuição parcial, que não haviam executado e não planejavam executar e outros.

**Gráfico 1.** Distribuição dos kits da alimentação escolar nos 167 municípios do Rio Grande do Norte.



Fonte: CECANE - Rio Grande do Norte, abril/maio de 2020.

Os 93 (56%) municípios que relataram a execução foram aqueles que conseguiram ofertar os *kits* aos pais e responsáveis de todos os estudantes matriculados na rede pública de ensino. A distribuição considerada parcial aconteceu onde não foi possível atender a demanda total dos estudantes, sendo relatado que o motivo financeiro foi o principal empecilho. Diante disso, das 42 EExs que realizaram parcialmente a distribuição, 40 (95,24%) determinaram que priorizariam a distribuição para aquelas famílias de estudantes que se encontravam em situação de vulnerabilidade social e/ou com discentes que possuíam carências nutricionais. Uma EEx (2,38%) determinou que a distribuição obedeceria ao critério de famílias com estudantes da modalidade de ensino Atendimento Educacional Especializado (AEE) e uma outra EEx (2,38%) relatou que utilizou uma triagem de estudantes para

direcionar a distribuição de *kits*. Os critérios da triagem foram: existência de gestante na família; não possuir renda familiar fixa; famílias compostas a partir de 04 membros; família com mais de um aluno matriculado na rede municipal de ensino. Uma importante informação é que todas as entidades que realizaram parcialmente a distribuição de gêneros alimentícios ressaltaram que os recursos financeiros foram o principal motivo para não atender a demanda total de discentes.

As 13 EExs (8%) que não haviam realizado a distribuição dos *kits*, até o momento da pesquisa, estabeleceram motivos diversos para justificar a ausências dessas ações, sendo: ausência de repasse financeiro por parte do governo federal; entrega de cestas básicas pela Secretaria de Assistência Social do município supria as necessidades das famílias dos escolares e ausência de contrapartida municipal necessária para complementar os *kits*.

Com relação às 19 entidades (11%) que foram classificada em “outros”, 03 delas estavam aguardando a conclusão da licitação ou da dispensa de licitação; 07 estavam aguardando os fornecedores entregarem os gêneros alimentícios; 07 estavam realizando reuniões com o Conselheiros de Alimentação Escolar (CAE), setor de compras e técnicos da secretaria municipal de educação para a tomada de decisões quanto a composição dos *kits* e como realizar a distribuição e em 03 não foi possível obter retorno sobre as ações relacionadas a distribuição de gêneros alimentícios do PNAE.

Após o contato com as Entidades e o levantamento de dados sobre a distribuição dos *kits* da alimentação escolar nos municípios, o CECANE/UFRN realizou ações contínuas para esclarecimento de dúvidas acerca das legislações que regulamentavam as ações do PNAE durante a pandemia, contribuindo assim para uma distribuição mais eficiente. Essa etapa foi realizada com todos os municípios, tanto os que já estavam distribuindo os *kits* quanto os que não estavam. Os principais questionamentos das EExs foram agrupados em dois principais eixos e apresentados no quadro abaixo:

**Quadro 1.** Principais dúvidas dos atores do PNAE do Rio Grande do Norte na distribuição dos *kits* da alimentação escolar.

<b>Distribuição dos <i>kits</i></b>	É obrigatório a entrega dos <i>kits</i> para todos os alunos da rede municipal de educação?
	Como o Conselho de Alimentação Escolar poderá registrar sua participação na distribuição dos <i>kits</i> ?
	Os pais precisam levar algum comprovante de recebimento do <i>kit</i> para casa ou se é necessário apenas assinar na escola?
	O Conselho de Alimentação Escolar pode tirar fotos da distribuição dos <i>kits</i> ?
	Há a possibilidade de realizar a distribuição dos <i>kits</i> apenas para alguns pais/responsáveis dos estudantes, a partir do levantamento de critérios, por exemplo, alunos de família de baixa renda ou inscritas no Programa Bolsa Família?
	Com que frequência a Entidade Executora deverá entregar os <i>kits</i> ?
	Uma mãe com três filhos na escola pública, receberá 3 <i>kits</i> ?
	Haverá penalidade para os municípios que não optarem pela não distribuição dos <i>kits</i> e deixarem os recursos financeiros do PNAE na conta?
	A Entidade Executora poderá juntar dois repasses financeiros do PNAE e distribuir apenas um <i>kit</i> , porém atendendo a todos os alunos?
<b>Composição dos <i>kits</i></b>	Quais informações devem contemplar o encarte que vai dentro do <i>kit</i> ?
	A nutricionista poderá alterar a composição/itens que compõem os <i>kits</i> quando for realizar a próxima distribuição?
	Pode-se realizar uma licitação exclusiva para as compras dos gêneros alimentícios que irão compor os <i>kits</i> ?
	Pode-se realizar uma licitação com apenas os itens que estão em saldo zero da ata de registro de preços da última licitação?
	Pode-se realizar a dispensa de licitação para a compra dos gêneros alimentícios que irão compor os <i>kits</i> ?
	Existe uma flexibilização para o atendimento dos 30% da agricultura familiar?
	Caso a prefeitura não consiga chegar ao percentual de 30% da agricultura familiar no ano de 2020, ela está isenta para o próximo ano?
	Pode inserir sardinha enlatada nos <i>kits</i> com o intuito de suprir a parte proteica, não estando esse gênero licitado pela secretaria de educação, uma vez que não faz parte do cardápio?

Fonte: CECANE - Rio Grande do Norte, abril/maio de 2020.

Associado aos esclarecimentos sobre as dúvidas apresentadas acima, a equipe do CECANE/UFRN prestou orientações remotas sobre os cuidados higiênico-sanitários que são necessários durante a montagem e distribuição dos *kits* da alimentação escolar, assim como com relação aos processos de prestação de contas e participação do controle social, representado no âmbito do PNAE, pelo CAE.

## DISCUSSÃO

De início, é de extrema importância ressaltar a função que o PNAE vem desempenhando para a Segurança Alimentar e Nutricional não só nas famílias dos escolares da rede pública de ensino no Brasil, mas também para as famílias dos produtores familiares.

A partir disso, vale lembrar que antes da pandemia o quadro de Insegurança Alimentar (IA) no Brasil já se apresentava preocupante. Em setembro de 2020 a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), lançou dados muito relevantes e, ao mesmo tempo, preocupantes sobre IA.

A POF 2017-2018 avaliou 68,9 milhões de domicílios brasileiros e constatou que 63,3% deles estavam em situação de Segurança Alimentar (SA), porém, a IA estava presente em 36,1%, sendo 24% em IA leve, 8,1% em IA moderada e 4,6% em IA grave<sup>[8]</sup>.

Os resultados dessa última POF mostra um quadro de piora no acesso à alimentação adequada e saudável, onde os dados demonstraram uma interrupção da superação da IA alimentar. Quando se analisa o retrospecto da SAN no país observamos que os dados de 2017-2018 revelaram dados piores do que os de 2004. Fazendo uma breve comparação percebe-se que entre 2013 e 2018 a IA teve aumento em todos os níveis. A IA leve aumentou 62,2%, a IA moderada 76,1% e a IA grave 43,7%<sup>[7]</sup>.

Todo esse quadro é importante para compreendermos as dificuldades e desafios do funcionamento do PNAE durante a pandemia e, acima de tudo, a importância do papel dos

CECANEs para a distribuição dos kits da alimentação escolar e do esforço nas aquisições de alimentos provenientes da agricultura familiar para a composição deles.

O relato das ações do Centro para apoio do PNAE durante a pandemia pode nos despertar para alguns aspectos importantes e causar reflexões válidas para pensar no funcionamento de um programa de alimentação escolar durante um momento tão crítico como o de pandemia.

Observou-se que 81% das EExs realizaram a distribuição dos kits da alimentação escolar a todos os estudantes matriculados ou a uma parcela deles. Essa informação está relacionada a uma importante agilidade na decisão e implementação das ações do PNAE por parte dos municípios, porém, ainda assim percebe-se que essa atuação não foi uniforme, revelando problemáticas.

Dentre as dificuldades, talvez a manutenção do caráter universal na distribuição dos gêneros alimentícios seja uma das principais. Os resultados sobre a distribuição parcial dos kits e/ou a não distribuição corroboram com aspectos que Amorim, Júnior e Bandoni<sup>6</sup> abordaram em seu trabalho. Os autores afirmaram que os respaldos legais para o funcionamento do PNAE no momento de pandemia foram importantes, porém, levantaram preocupações, sendo uma dessas relacionada à universalidade, devido a autonomia das EExs para definir os critérios de elegibilidade que, em alguns casos, foram restritivos e privaram muitos alunos que precisavam dos alimentos.

Ao mesmo tempo, Pereira *et al*<sup>[9]</sup> abordaram que o aumento do custo alimentar *per capita* aumentou e a insuficiência de recursos financeiros se agravou durante a pandemia o que impactou, conseqüentemente, a composição dos kits de alimentos pois, foi necessário uma quantidade maior de gêneros do que o empregado na produção de refeições que ocorre nas dependências das escolas. Somado ao custo dos alimentos para os kits, deve-se ainda se considerar o valor de materiais de higiene (máscaras, luvas, álcool em gel, entre outros) tanto para os cuidados relativos à elaboração dos kits, quanto para entrega às famílias, além daqueles relativos às embalagens e operacionalização da distribuição dos alimentos às famílias.

Torna-se claro que, em virtude desses aspectos, a distribuição dos kits para as famílias dos escolares tornou-se um desafio. Pereira *et al*<sup>[8]</sup> ainda reforçaram que, se por um lado há relatos de entidades executoras que ofertaram cestas incluindo gêneros alimentícios oriundas da agricultura familiar, por outro lado outras adotaram estratégias de transferência de renda focalizada ou ainda a oferta de kits com alimentos que incluíam ultraprocessados. Fica claro os descompassos quanto à implementação das ações nos contextos locais e nas estratégias para a garantia do DHAA<sup>[10]</sup>.

Essas divergências de ações não contribuem para a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada e não obedecem ao caráter que o PNAE realizava até então. Diante disso, pode-se afirmar que a decisão dos municípios do estado do Rio Grande do Norte em distribuir os gêneros alimentícios na forma de kits foi muito importante para a SAN da população, porém, não pôde fugir das dificuldades que já eram esperadas.

Uma das questões centrais que pode ser percebida no presente trabalho é a importância das entidades na atuação frente à SAN das populações. Um dos resultados apresentados nos informa que, apesar de poucas EExs não terem optado pela distribuição dos kits, a ausência da contrapartida do município e o fornecimento de cestas básicas pelo setor da assistência social municipal contribuíram e/ou foram justificativas para tal decisão.

É importante salientar que as dificuldades envolvidas na aquisição dos gêneros alimentícios para o PNAE durante a pandemia revelam uma problemática em torno da agricultura familiar. Segundo Ribeiro-Silva *et al*<sup>[11]</sup> diversos agricultores vivenciam dificuldades de comercialização, destacando-se a paralisação das aquisições do programa, além disso, ressaltaram que para aqueles que já viviam situação de pobreza ou limitações nas condições socioeconômicas, a pandemia da COVID-19 pode intensificar a vulnerabilidade social dos mesmos.

Dessa forma torna-se perceptível a importância do papel das EExs na criação e implementação de estratégias para a manutenção da aquisição dos gêneros da agricultura familiar, além

disso, vale reforçar que o PNAE no momento pós-pandemia terá um papel fundamental para a superação da Insegurança Alimentar tanto dos escolares quanto dos agricultores familiares envolvidos no programa.

A contrapartida por parte dos municípios, complementando os recursos do PNAE é outro ponto crucial para a garantia de uma alimentação saudável, adequada e diversificada por meio da aquisição de gêneros da agricultura familiar, favorecendo tanto os alunos atendidos pelo programa quanto os agricultores familiares. Permitiram assim a manutenção do acesso a alimentos de qualidade em quantidade suficiente, visando mitigar a IA através da agricultura familiar, assim como exposto por Borsatto *et al*<sup>[12]</sup>.

Por fim, destaca-se a importância do trabalho não só do CECANE/UFRN na execução da alimentação escolar, mas dos Centros de outros estados que atuaram incansavelmente para que as entidades executoras realizassem uma distribuição adequada dos kits, somando forças na luta pela alimentação adequada e saudável em um momento crucial.

Apesar do trabalho se limitar em descrever o apoio do CECANE/UFRN na distribuição dos kits no estado do Rio Grande do Norte, assim como as dificuldades encontradas, objetiva-se firmar e legitimar o papel dessas organizações para a defesa do DHAA e da SAN no cenário da alimentação escolar. Ao mesmo tempo, reconhecemos a necessidade de que outros trabalhos investiguem com precisão a composição desses kits produzidos e entregues pelas entidades executoras e de como essa logística funcionou a nível nacional, compreendendo que o Brasil é um país diverso e repleto de dificuldades locais.

## CONCLUSÃO

A pandemia do coronavírus acarretou inúmeros desafios para a execução do PNAE, associado a isso, aspectos legais, financeiros e logísticos adotados pelas entidades, sejam elas federais ou municipais, foram decisivos para dificultar a adequada distribuição dos gêneros alimentícios aos responsáveis dos escolares e

manutenção do fortalecimento da agricultura familiar por meio da aquisição dos produtos.

Diante disso, o presente trabalho elucidou que as EExs do estado do Rio Grande do Norte tiveram importante adesão à distribuição dos kits da alimentação escolar e que ações realizadas pelo CECANE/UFRN foram cruciais para atenuar e solucionar as dificuldades existentes em torno do funcionamento do PNAE para a distribuição dos kits da alimentação escolar no estado.

Por fim, ressalta-se que, além da importância do PNAE antes e durante a pandemia, o programa terá papel central na garantia do DHAA e na SAN dos escolares brasileiros no cenário “pós-pandemia”, reforçando a necessidade de fortalecimento da sua execução, da valorização dos atores sociais nele inseridos e da defesa de serviços como os Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição Escolar, assim como das universidades públicas.

## REFERÊNCIAS

- [1] Lai CC, Shih TP, Ko WC, Tang HJ, Hsueh PR. Severe acute respiratory syndrome coronavirus 2 (SARS-CoV-2) and corona virus disease-2019 (COVID-19): the epidemic and the challenges. *International journal of antimicrobial agents*. 2020; 55(3):105924. Disponível em: [https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0924857920300674?casa\\_token=VcGCbhy7cFoAAAAA:r3GYXFQ58eqxdTtdDRrGR3PgWTpEPZ1NB\\_qzqywWfU0BCGkQvNN0\\_w2O6urIxcTci4e6v2\\_pylYq](https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0924857920300674?casa_token=VcGCbhy7cFoAAAAA:r3GYXFQ58eqxdTtdDRrGR3PgWTpEPZ1NB_qzqywWfU0BCGkQvNN0_w2O6urIxcTci4e6v2_pylYq)
- [2] Oliveira TC, Abranches MV, Lana RM. (In) Segurança alimentar no contexto da pandemia por SARS-CoV-2. *Cadernos de Saude Publica*. 2020; 36(4). Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csp/2020.v36n4/e00055220/pt/>
- [3] Macedo YM, Ornellas JL, Bomfim HF. COVID-19 NO BRASIL: o que se espera para população subalternizada?. *Revista Encantar-Educação, Cultura e Sociedade*. 2020; 2:01-10. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/encantar/articloe/view/8189>
- [4] Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS): Guia de Vigilância Epidemiológica do COVID-19. 2020 [citado em 21 Out 2020]. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/guia-de-vigilancia-epidemiologica-covid-19>
- [5] Brasil. Lei nº 02 de Abril de 2020. Dispõe sobre a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE durante o período de estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus – Covid-19. *Diário Oficial da União* 2020; 2 abr. [citado em 21 de Out de 2020]; Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.982-de-2-de-abril-de-2020-250915958#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2013.982%2C%20DE%202020%20%2D%20DOU%20%2D%20Imprensa%20Nacional>
- [6] Amorim ALB, Junior JRSR, Bandoni DH. Programa Nacional de Alimentação Escolar: estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após a COVID-19. *Revista de Administração Pública*. 2020; 54(4):1134-1145. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122020000401134&script=sci\\_arttext&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122020000401134&script=sci_arttext&tlng=pt)
- [7] Oltramari K, Santos L, Guedes JRD, Silva AF, Damasceno CSB, Rodrigues LML, Galvão MRM. Estratégias de Enfrentamento da Pandemia Covid-19 na Alimentação Escolar do Município de Curitiba-PR. *Revista Contexto & Saúde*. 2020; 20(41):80-89. Disponível em: <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoesaude/article/view/11391>
- [8] Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: análise da segurança alimentar no Brasil / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro: IBGE, 2020. [citado em 21 de Out de 2020]. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101749>
- [9] Pereira AS, Campos FM, Santos CRB, Lima ECS, Mocellin MC, Serra GMA, Ferreirinha MLC, Azevedo ABC. Desafios na execução do programa nacional de alimentação escolar durante a pandemia pela COVID-19. *Brazilian Journal of Development*. 2020; 6(8):63268-63282. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/15842>
- [10] Alpino TMA, Santos CRB, Barros DC, Freitas CM. COVID-19 e (in) segurança alimentar e nutricional: ações do Governo Federal brasileiro na pandemia frente aos desmontes orçamentários e institucionais. *Cadernos de Saúde Pública*. 2020; 36(8). Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csp/2020.v36n8/e00161320/>

[11] Ribeiro-Silva RC, Pereira M, Campello T, Aragão E, Guimarães JMM, Ferreira AJF, Barreto ML, Santos SMC. Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2020; 25 (9):3421-3430. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csc/2020.v25n9/3421-3430/>

[12] Borsatto RS, Grigoletto F, Macedo AC, Martensen AC. Respostas dos municípios para garantir segurança alimentar e nutricional em tempo de pandemia. In: Valencio N, Oliveira CM (org.) COVID-19: crises entremeadas no contexto de pandemia (antecedentes, cenários e recomendações). São Carlos: UFSCar/CPOI; 2020. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/vicw/163>